

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

RODRIGO BRITO DE ALMEIDA

**A LÍNGUA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE
LIBRAS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO CURRICULAR**

PATOS - PB

2021

RODRIGO BRITO DE ALMEIDA

A LÍNGUA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE
LIBRAS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO CURRICULAR

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientadora: Prof.^a Ma. Priscilla Andrade Souza Nogueira

PATOS – PB

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

A447I Almeida, Rodrigo Brito de
A língua portuguesa na formação do tradutor e intérprete de libras: uma análise de conteúdo curricular/
Rodrigo Brito de Almeida. - Patos, 2021.
32 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientadora: Prof.^a Ma. Priscilla Andrade Souza Nogueira

1. Tradutor/intérprete 2. Língua portuguesa 3. Libras
4. Currículo I. Título.

CDU – 81'221.24



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da
Paraíba Universidade Aberta do Brasil
Coordenação do Curso de Especialização em Libras**

ATA DE DEFESA

Aos 05 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 14 horas, reuniu-se, em sala virtual, conforme orientação da Nota Técnica No. 5, de dezessete de junho de dois mil e vinte, da Pró-Reitoria de Ensino do IFPB, a banca examinadora composta pelo professor Mardonio dos Santos Aguiar de Oliveira e pela professora Germana Silva Oliveira, para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“A LÍNGUA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO CURRICULAR”** de autoria de **RODRIGO BRITO DE ALMEIDA**, aluno do Curso de Especialização em Libras, do Campus Patos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB/ UAB. A professora Priscilla Andrade Souza Nogueira, presidente da banca, iniciou a sessão acadêmica concedendo a palavra ao aluno **RODRIGO BRITO DE ALMEIDA** para uma breve apresentação do trabalho. Em seguida, procedeu-se à arguição, ao fim da qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo, por unanimidade, pela **Aprovação** do trabalho, ao qual foi atribuída a nota **8.5** Para constar, foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Prof. Ms. Priscilla Andrade Souza Nogueira (Orientador)

Prof. Mr. Mardonio dos Santos Aguiar de Oliveira (Examinador)

Prof. Ms. Germana Silva Oliveira (Examinador)

Patos, 05 de março de 2021.

RESUMO

Quem aventura-se a atuar na profissão de tradutores e intérpretes ouvintes de língua brasileira de sinais-Libras, depara-se com um mundo ainda em construção, e por isso, cheio de contravenções, cuja a sua formação entra em jogo. Instituída através de leis, a profissão de Tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Portuguesa - TILSP é diversificada por meio de níveis de instrução e conhecimento, tendo por bacharelado em Letras Libras o seu maior grau de formação específica. Como mediador de duas culturas distintas – que compõem multifacetado território brasileiro – o TILSP tem por função base traduzir e/ou interpretar diálogos de uma língua para outra, proporcionando a interação entre a cultura surda e a ouvinte. Com isso, é necessário que em sua formação contemple-se um currículo que beneficie o conhecimento sobre as duas línguas de atuação por igual. Confiando na formação da língua portuguesa no ensino básico, os cursos de TILSP, principalmente os de curta duração, proporcionam um foco maior a Libras, sem contar que a precariedade do ensino básico resulta também na fragilidade do domínio da língua. Assim, o TILSP que precisa de uma potencial proficiência nas duas línguas, tornar-se um profissional que se diversifica em graus em níveis também, o que por sua vez, tem um *deficit* da língua portuguesa nestas formações, o calcanhar de Aquiles em sua formação. Diante disso, o objetivo deste trabalho é problematizar a formação do TILSP sob o componente curricular da língua portuguesa. Através da metodologia de análise de conteúdo, buscou-se nas grades curriculares de bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e do curso técnico do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, comparar as grades de formação que formam os profissionais tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa. Assim, observou-se a oferta pela formação em língua portuguesa, em que essa, durante o período formativo poderia ser mais empregada, contribuindo na constituição e atuação do profissional tradutor e intérprete de Libras/língua portuguesa.

PALAVRAS CHAVE: Tradutor/intérprete. Língua portuguesa. Libras. Currículo.

ABSTRACT

Anyone who ventures to work in the profession of translators and interpreters listening to the Brazilian sign language-Libras, is faced with a world still under construction, and for this reason, full of misdemeanors, whose formation comes into play. Instituted by law, the profession of Translator interpreter of Brazilian Sign Language / Portuguese - TILSP is diversified through levels of instruction and knowledge, with a Bachelor's degree in Letras Libras his highest degree of specific training. As a mediator of two distinct cultures - which make up multifaceted Brazilian territory - TILSP's basic function is to translate and / or interpret dialogues from one language to another, providing the interaction between deaf culture and the listener. As a result, it is necessary that your curriculum includes a curriculum that benefits the knowledge of the two languages in which you work equally. Trusting in the formation of the Portuguese language in basic education, the TILSP courses, mainly those of short duration, provide a greater focus to Libras, not to mention that the precariousness of basic education also results in the fragility of the mastery of the language. Thus, the TILSP that needs a potential proficiency in both languages, to become a professional that diversifies in degrees in levels too, which in turn, has a deficit of the Portuguese language in these formations, the Achilles heel in its formation . Therefore, the objective of this work is to problematize the formation of TILSP under the curricular component of the Portuguese language. Through the content analysis methodology, we sought in the curricular grids of a Bachelor's degree in Letras-Libras from the Federal University of Santa Catarina - UFSC and, the technical course of the Federal Institute of Minas Gerais - IFMG, to compare the training grids that form the professionals translator and interpreter of Libras and Portuguese. Thus, the offer for training in Portuguese language was observed, in which, during the training period, it could be more used, contributing to the constitution and performance of the professional translator and interpreter of Libras/ Portuguese language.

KEYWORDS: Translator/interpreter. Portuguese language. Libras. Curriculum.

LISTA DE SIGLAS

FENEIS - FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IES - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR

IFMG - INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

ILS – INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

L1 – LÍNGUA PRIMÁRIA

L2 – LÍNGUA SECUNDÁRIA

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

LP – LÍNGUA PORTUGUESA

TI – TRADUTOR INTÉRPRETE

TILS – TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

TILSP – TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS / LÍNGUA PORTUGUESA

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LISTA DE TABELAS E IMAGENS

Tabela 01	Análise de currículo nível técnico.....	23
Tabela 02	Análise de currículo nível superior.....	26
Imagem 01	Grade Curricular de nível técnico.....	25
Imagem 02	Grade Curricular 5º semestre.....	27
Imagem 03	Grade Curricular 6º semestre.....	28
Imagem 04	Grade Curricular 7º semestre.....	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA.....	10
2.2 LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS.....	15
2.3 A LÍNGUA PORTUGUESA BASE CRUCIAL PARA UM TILSP.....	17
3. MÉTODOS.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a pretensão de discutir a ausência da disciplina de língua portuguesa nos cursos de formação em nível médio e superior para tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais. Nossas discussões foram embasadas nas visões e análises de autores internacionais e nacionais que contribuem para concepções estruturais, biológicas e social da linguagem/língua humana.

O que se pretende descobrir com essa pesquisa é se existe alguma carência na formação de Tradutor Intérprete de língua brasileira de sinais Libras/portuguesa pelas grades curriculares da disciplina de língua portuguesa (LP). A escrita está a debater à importância da língua portuguesa na formação do Intérprete ouvinte. Por isso, quando falar-se de um profissional ouvinte que possui língua materna em língua portuguesa L1 e L2 em língua Brasileira de Sinais. Diferentemente de pessoas surdas que possuem língua materna na Libras L1 e L2 em língua portuguesa na modalidade escrita, segundo o artigo 13 do decreto federal 5.626/05. Procuramos entender a aquisição da língua materna na perspectiva de Bakhtin (1952-1953) e Chomsky (1998), e como o ensino da mesma se organiza no Brasil, por Silva (2009) e Bonatto (2015). Assim como os conceitos sobre fluência versus proficiência Scaramucci (2000), a questão e utilização de dois idiomas referente a tradução e interpretação entre a língua portuguesa e a Libras, Quadros (2004) e Lacerda (2017). Propõe-se, portanto, a problemática levantada por esta pesquisa que se estabelece nas seguintes questões: A oferta ou a carga horária da disciplina de língua portuguesa nos cursos de formação de TILSP pode afetar diretamente no processo de construção profissional?

A escolha que trilhamos para essa escrita se deu pela recente ascensão à profissão do TILSP no país, a carência no mercado de trabalho, as poucas instituições que oferecem esse modelo de qualificação, e a realidade na atuação de alguns indivíduos que trabalham sem nenhum tipo de formação. Reconhecendo que a Libras tem uma estrutura linguística própria e diferente da língua portuguesa, justificando a importância de se conhecer de modo aprofundado a língua materna dos profissionais tradutores intérpretes ouvintes, para assim, posteriormente buscar-se o aprendizado da Libras que é uma língua de natureza visual-motora-espacial. Por isso, com a finalidade de ser e/ou se tornar um profissional bilíngue, o tradutor/intérprete precisa de fato conhecer a (LP) e ter uma formação em que ambas as línguas possam integrar o mesmo ambiente de aprendizagem. Diante disso, e a partir da experiência profissional do autor deste trabalho, na condição de formador em cursos de formação continuada de Libras, de nível médio

e superior, levantamos como hipótese que a concepção da formação em LP, pode apresentar algum tipo de lacuna dentre os cursos ofertados de nível médio e também superior para TILSP. Tal levantamento hipotético, leva-nos a uma averiguação dos currículos de alguns cursos a partir de uma análise crítica de seus conteúdos.

Portanto, a finalidade desta pesquisa é analisar se a proposta da disciplina de língua portuguesa nos cursos de formação em nível médio e superior para tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais, estão colaborando com a realidade exigida para exercício desses profissionais. Recorremos da ajuda de autores e legislações, buscou-se interrogar a atual formação dos TILSP, estabelecendo análises para compor uma revisão sobre a profissionalização do Tradutor/intérprete de língua de sinais no Brasil, para compreender como se dar sua formação sob as disciplinas de (LP) e analisar os currículos de formações de nível médio e superior para esse profissional.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA

A origem ou construção da profissão do Tradutor/Intérprete de Libras/língua portuguesa TILSP¹ teve início em relatos históricos, nas décadas de 80 e 90. As primeiras pessoas que atuaram como TILSP, foram familiares de surdos e/ou amigos em âmbito religioso. Desse modo, iniciou-se no Brasil, de forma empírica à função de tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Nessa atuação caritativa, os primitivos TILSP preambularam em formações de instituições religiosas, tendo a atuação voltadas para tradução e interpretação da Libras em meio religioso e de caráter social. Congruente ao que a autora Cristina expõe em seu livro “Intérprete de Libras”, e diz:

São várias as religiões que oferecem catequese/formação em Libras, cultos e ritos em Libras ou com presença de ILS, e algumas associações religiosas confeccionam materiais em Libras, divulgando sua doutrina (vídeos, livros, dicionários entre outros). Talvez por isso seja tão comum encontrar comunidades surdas vinculadas a organizações religiosas e, nestes contextos, a presença mais marcante de ILS. (LACERDA, 2017, p. 28).

¹ O uso da sigla TILSP é enfatizada por mim (autor deste trabalho), sabendo-se que as abreviações mais utilizadas são: TILS -Tradutor Interpretador de Língua de Sinais e, ILS – Intérprete de Língua de Sinais. Porém, o emprego da sigla TILSP, neste trabalho é com intento de enfatizar o valor da letra “P” que remete ao Português na abreviação da profissão do tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa.

Também, conforme Strobel (2009) grandes entidades e pessoas religiosas contribuíram para inclusão e educação dos surdos nos séculos XVII e XVIII, os primeiros educadores de surdas tinham vínculo com a igreja católica, tais como os padres: Pedro Ponde de León, Juan Pablo Bonet e o Abade Charles Michel de L'Épée, entre outros. Através dessa incorporação dos indivíduos surdos em ambiente catequizador, todo esse processo cominou com a necessidade de um agente mediador em que pudesse traduzir e interpretar. Desse modo, o surgimento e o desenvolvimento do TILSP não poderiam ter se dado em outro meio que não fosse o religioso, principalmente por meio de cursos, reuniões, e ações das pastorais dos surdos e outros movimentos interior a igreja.

A partir dos anos 2000, algumas leis começaram a dar direções para a formação do TILSP, fora de contextos religiosos ou assistencialistas, passando para o âmbito formal e remunerado, culminando para atuação profissional. A primeira lei a mostrar isso, foi a lei de acessibilidade de número 10.098/00, em que diz, das ações governistas deveriam realizar a formação dos TILS. A legislação ainda usava a nomenclatura linguagem² de sinais, em vez de língua de sinais, como vê-se em seu artigo a seguir. No entanto, é uma das primeiras leis de âmbito nacional a citar o que no futuro iria ser conhecido como intérprete de Libras. Assim, a lei informa em um de seus artigos:

Art. 18. O poder público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora³ de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (BRASIL, 2000).

Depois da prévia referência do intérprete de línguas de sinais (ILS) na lei de acessibilidade, posteriormente surge o reconhecimento da língua brasileira de sinais - Libras, quando esta foi oficializada como meio de expressão e comunicação oficial da comunidade surda brasileira, pela lei de número 10.436/02. Isso despertou de uma forma primária, em esferas públicas e privadas, a atenção e necessidade para a figura do intérprete de Libras.

Em seguida, a lei de Libras, como é conhecida pela comunidade surda, foi regulamentada pelo decreto de número 5.626/05. Esse decreto vem dar um norte para formação

² Segundo Quadros (2004, p. 08) “linguagem é utilizada num sentido mais abstrato do que língua, ou seja, refere-se ao conhecimento interno dos falantes-ouvintes de uma língua. Também pode ser entendida num sentido mais amplo, ou seja, incluindo qualquer tipo de manifestação de intenção comunicativa, como por exemplo, a linguagem animal e todas as formas que o próprio ser humano utiliza para comunicar e expressar idéias e sentimentos além da expressão linguística (expressões corporais, mímica, gestos, etc)”.

³ Pessoas com deficiência: passa a ser o termo correto utilizado ao se referi as pessoas com deficiência, ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/como-falar-sobre-as-pessoas-com-deficiencia>

dos TILSP no Brasil. De acordo com o Art. 17. do decreto federal, a formação do tradutor e intérprete de Libras/língua portuguesa deve-se efetivar por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilidade em Libras/língua portuguesa. Lacerda (2017) aponta a importância do capítulo V no decreto em que o artigo trata especificamente da formação do tradutor e intérprete de Libras/língua portuguesa:

Esse artigo indica o reconhecimento da profissão em igualdade com os tradutores e intérpretes de outras línguas e o reconhecimento da importância dessa formação ser realizada por meio de curso superior, até então pouco frequente na área. (LACERDA, 2017, p. 24).

Conforme o decreto citado, o objetivo para atuar como tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa deve-se dar por meio de formação superior. Aos interessados nessa profissão, a instrução por este curso é indispensável, sendo este preceito qualificativo para atuais e futuros tradutores e intérpretes de Libras/língua portuguesa no país (BRASIL, 2005).

Logo, percebe-se que, a formação de qualquer indivíduo é relevante para a realização de um trabalho com qualidade, assim sendo, os professores, advogados e médicos ou demais profissionais possuem formações específicas, que tanto é importante, como necessária para exercê-las. Como qualquer profissão, os intérpretes de Libras/língua portuguesa precisam percorrer por cursos técnicos, graduações e pós-graduações para se qualificarem para o mercado de trabalho. A instrução para atuar como tradutores intérpretes em nível médio é determinada pela lei nº 12.319/10, mas também, hodiernamente regulamentada no Brasil por essa única norma em dimensão nacional, em que orienta sobre a formação do Tradutor e Intérprete de Libras, conforme informa o artigo que segue:

No Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretárias de educação. (BRASIL, 2010).

Porém, observando mais detalhadamente esse artigo começa apontar as fragilidades de uma formação de nível Médio, principalmente as formações continuadas, tendo essas instruções uma carga horária mínima de cento e vinte horas aula (120/a), ou às vezes inferior a cem horas (100/a) ou até oitenta (80/a). Muitos desses cursos foram elaborados e disseminados

inicialmente pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)⁴. Sendo, esse documento base de orientação nacional por um longo período, compartilhado com vários estados, em que os cursos na área da Libras formavam intérpretes de Libras direto para o mercado de trabalho. A entidade filantrópica teve como objetivo nesses cursos qualificar professores e outros profissionais da educação para a interpretação da língua de sinais.

Então, por saber o quanto é complexo trabalhar com tradução, interpretação, culturas entre línguas diferentes, pode-se prever que, esta formação inicialmente de cento e vinte horas era e, é muito delicada atualmente. Pois por compreender a diversidade linguístico-cultural que um profissional encontra quando quer ou atuam, deparando-lhe com os conflitos e conhecimentos em espaços educacionais, jurídicos, hospitalares entre outros, que regulamente não são apresentados em suas formações.

Essa realidade indica a necessidade de uma formação mais equivalente, em que dará mais segurança, conhecimento, autonomia a esse profissional. Além do mais, em conformidade com Quadros (2004) o intérprete de língua de sinais deve dispor de fluência na utilização da segunda língua – L2, a Libras. Do mesmo modo, deve-se priorizar o conhecimento em sua primeira língua – L1, a língua portuguesa, para então desempenhar a função de intérprete. No Brasil, a formação do tradutor e intérprete de língua de sinais, encontra-se em processo inicial, muitos e muitas atuam de forma inexperiente, às vezes sem formação ou com formação de curso básico de carga horária mínima, atuam na área de tradução e interpretação da Libras/língua portuguesa.

Em vista disso, sabe-se que, o ato de interpretar exige um alto nível de conhecimento teórico e prático em ambas as línguas envolvidas pelo profissional. Pois, como Ronice afirma:

Envolve um ato COGNITIVO-LINGUÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (QUADROS, 2004, p. 27).

Seguindo o pensamento da autora Quadros (2004, p. 11), o tradutor/intérprete de língua de sinais é a “pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa

⁴ Ver mais sobre Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, em: <https://blog.feneis.org.br/categoria/noticias/> ou no site nacional da federação em: <https://feneis.org.br/>

em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).” A exigência de conhecimentos nas duas línguas é significativa para uma interpretação alcançar o objetivo; que é transpor a mensagem da língua fonte para língua alvo, sem mudar a significação da informação do idioma de partida para o idioma de chegada. Por isso, a busca pelo desenvolvimento em caráter superior é pertinente à atuação do TILSP em qualquer âmbito que esse profissional se encontra, por entender que, a complexidades das línguas não deveria apenas se dar por cursos de nível médio.

Infelizmente as graduações específicas para a formação do TILSP surgiram e acontecem mais ao sul do país, mesmo que, a necessidade desse profissional seja em todo território nacional, e para diminuir essa carência de profissionais qualificados em tradução e interpretação da Libras/língua portuguesa, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foi a primeira a ofertar um curso de nível superior para os intérpretes de Libras. Veja os dados trazido por Cristina Lacerda:

A partir de 2008, teve início o primeiro curso de graduação/bacharelado para tradutores/intérpretes Libras-português oferecido por universidades públicas, na modalidade Ensino à Distância (EAD) com polos espalhados por todo o país, coordenados pela secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2009, a UFSC ofereceu pela primeira vez em uma instituição pública de ensino superior vestibular para graduação/bacharelado para tradutores/intérpretes Libras-português presencial, e teremos que aguardar ainda alguns anos pela formação das primeiras turmas. (LACERDA, 2017, p. 24).

Como a autora ressaltou, teremos que esperar ainda alguns anos por TILSP graduados pelo bacharelado para amenizar o atraso desse profissional no meio social, mesmo a graduação ter iniciado em 2008, atualmente a carência por intérpretes de Libras é imensa, principalmente em cidades do interior, onde o curso superior de tradução e interpretação de Libras não existe. E em âmbito macropolítico, precisar-se cobrar políticas públicas para que o curso seja ofertado em outras instituições. A UFSC tem papel significativo para os TILSP e os professores de Libras, a instituição foi pioneira na formação em nível de graduação, habilitando os atuais profissionais que estão atuando no mercado de trabalho em todo Brasil.

O primeiro curso de Letras Libras licenciatura foi ofertado em 2006, os candidatos interessados estariam habilitados a ser professores de língua brasileira de sinais, após a obtenção do grau, mas ainda carecia o grau de Bacharel para os futuros TILSP. Como já salientado por Lacerda (2017) haveria a necessidade de criar a modalidade de bacharelado em Letras Libras, institucionalizando um curso que formaria profissionais de nível superior para a função de tradutor/intérprete de Libras/língua portuguesa.

Assim sendo, o curso possui duas vertentes uma para licenciados (professores de Libras) e a outra para Bacharéis (tradutores/intérpretes de Libras e língua portuguesa). Com isso, tornou-se pertinente a formação dos TILSP através do bacharelado para aprofundar não só o conhecimento em Libras, mas para compreender a funcionalidade e usabilidade da complexa língua portuguesa, tendo em vista que o curso oferece algumas disciplinas desta.

2.2 LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS

A exigência por TILSP se tornou tão fundamental em todo ambiente nacional. Ao se pensar em direito linguístico das pessoas surdas, prever-se a necessidade da presença de um TILSP, onde o/a surdo/a tem a expectativa de encontrar um profissional qualificado e com proficiência em Libras, destaca-se a ampla significação da palavra “proficiência” e a valorização da busca constante que os intérpretes deveriam/precisariam ter por essa, nesse sentido, a professora Matilde afirma:

Uma simples revisão de estudos que tratam especificamente da questão mostra uma profusão de sinônimos e definições. Competência, conhecimento da língua, competência comunicativa, capacidade linguístico-comunicativo, proficiência comunicativa, proficiência linguístico-comunicativa, competência transicional, para mencionar apenas alguns. (SCARAMUCCI, 2000, p. 16).

Segundo Scaramucci (2000) além de citar vários conceitos para proficiência em L2, ela esclarece exatamente a diferença entre fluência e proficiência em suas obras. Para a linguista, o conceito de fluência está ligado ao uso da língua na informalidade ou sem a utilização de termos específicos que são utilizados em áreas distintas por diversos profissionais. Em conformidade no que ela diz em seu artigo, a fluência é o uso do termo “não-técnico” ou mais amplo utilizado na língua no cotidiano.

Já o conceito de proficiência está associado ao uso formal da língua ou a forma mais culta, não apenas a formalidade em usá-la, mas também em aplicar termos específicos, em áreas que só pessoas que trabalham, podem conhecer os termos utilizados, como por exemplos no âmbito da advocacia, da medicina, da enfermagem, da psiquiatria e etc.

A autora conceitua a proficiência como termo “técnico”, ou como pode-se dizer, termo culto da língua. Ela explica que “o termo proficiência, contudo, tem um uso mais restrito ou técnico, principalmente no contexto de avaliação de segunda língua ou língua estrangeira,

referindo-se também ao domínio, funcionamento ou controle operacional da língua em questão.” (SCARAMUCCI, 2000, p. 14).

Consegue-se comprovar o que a autora diz, bem antes mesmo da publicação de seu texto em 2000, com ajuda de outro autor, conhecido por diversas obras sobre questões de estilo e teoria de gêneros do discurso, o filósofo Mikhail Bakhtin contribui nesse sentido por sua vasta pesquisas sobre a linguagem humana. Bakhtin (1997) em uma de suas obras chamada de “Os Gêneros do Discurso” descreve toda magnificência dos gêneros do discurso e as incomensuráveis condições da atividade humana. Em seus escritos, Bakhtin diferencia os gêneros discursivos como primários e secundários, ele ressalta que:

Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trará de definir o caráter genérico do enunciado. Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial entre o gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo). Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. (BAKHTIN, 1997, p. 281).

Contudo, Bakhtin (1997) exemplifica que os gêneros primários são as formas mais comuns de se comunicar. De outro modo, os gêneros secundários têm aspectos mais complexo e cultural específica de se comunicar. Assim, com a contribuição dos autores, Bakhtin e Scaramucci, compreende-se como é tão profundo atingir a proficiência em uma determinada língua. E no caso da língua de sinais, sendo essa uma língua visual e espacial, tem especificidades, tanto a L1 (português) ou L2 (Libras) de igual maneira são complexas. Então é fácil imaginar como pode ser árduo para um TILSP fazer uma tradução e/ou interpretação da língua fonte (L1) com tamanha qualidade para língua alvo (L2), ou vice-versa, mutuamente sem conhecimento profundo de ambas línguas.

Diante disso, traçar-se-ia uns dos propósitos deste trabalho, pesquisar a oferta da disciplina de língua Portuguesa nos cursos de formação para os profissionais TILSP, possibilitando-os ao alcance da proficiência na língua. Não pretendo deixar a Libras e a sua riqueza linguística de lado, mas o objetivo é destacar a dimensão da língua portuguesa, inclusive para o domínio e compreensão do aprendizado e uso da Libras que é o produto de trabalho dos tradutores e intérpretes da língua brasileira de sinais.

Percebendo, então que várias formações para preparar os TILSP, em etapas prático-teórico, é insuficiente a disciplina ou módulo de língua portuguesa, tendo em vista que esses cursos apenas enxergam ou focam no aprendizado da L2, esquecendo que a L1 também precisa

ser expandida nesse contexto formativo porque o profissional será um Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Libras/Português (TILSLP), não apenas Tradutor Intérprete de Libras.

2.3 A LÍNGUA PORTUGUESA É A BASE CRUCIAL PARA UM TILSP

A história da educação brasileira sempre apresentou inúmeras dificuldades de formação para os indivíduos que viviam ou viveram aqui, indígenas e colonizadores respectivamente. O paraíso chamado “Ilha de Vera Cruz”, 1500, iniciou seus processos educacionais sob a ordem de Portugal. Concordante a Malfacini (2015) a educação Jesuíta e a falta de investimentos educacionais de responsabilidade da metrópole, atrasou e muito a criação de universidades, tanto no período colonial como no imperial. A valorização do ensino de Latim, e a reforma Pombalina que acarretou na expulsão dos Jesuítas, não proporcionou a língua portuguesa espaço dentro da educação brasileira, a inclusão da língua como ensino só ocorreu na metade do século XVIII.

Outrossim, a educação brasileira avançou com criações de escolas, faculdades e universidades no século XX, principalmente na década de 1930, com o surgimento do Estado Novo e alguns pactos educacionais, como também, após a constituição de 1988. O Brasil incorporou a educação pública em massa, influência de modelos Europeus e da revolução industrial, em que consistia em formar pessoas para o mercado de trabalho fabril/industrial de nível médio, tendo essas formações destinadas para classes mais baixas da sociedade.

Então, pode-se entender que o ensino superior é de caráter fundamental e complementar para a formação de qualquer profissional. Sobretudo, a preocupação que ressalta nesta escrita é a formação de língua materna instituída na educação básica brasileira, compreende-se a importância da qualidade no ensino da língua portuguesa. Principalmente, aos tradutores e intérpretes de línguas e/ou para qualquer cidadão/profissional nessa sociedade moderna e capitalista.

Tendo-se, considerando esses elementos, o TILSP opera com as duas línguas, a portuguesa e a língua brasileira de sinais (Libras). Sabendo-se, que a língua materna de qualquer indivíduo é base para aprendizagem de uma segunda língua. Nesse sentido, o profissional em formação ou atuante, precisa ou precisará ter competência linguística da língua portuguesa como sustentação primordial para exercer traduções e interpretações entre línguas.

Porém, a problemática é perceptível ou se mostra ao analisar o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa na educação básica brasileira e, por consequência, a não

aquisição e domínio da língua materna com proficiência, como deveria ser de fato ou estabelece os currículos nacionais brasileiros, principalmente aos indivíduos de escolas públicas. Como reconhece Silva que afirma:

Portanto, não há forma de fazer com que o aluno, que já tem o domínio da língua em suas instâncias privadas de uso da linguagem, adquira o domínio da língua, em instâncias públicas de uso da linguagem, enquanto continuarmos utilizando a língua em sala de aula como algo artificial, correta em si mesma e independente de seus falantes e da sociedade (SILVA, 2009, p. 4).

Nessa situação, é notório que o ensino de língua portuguesa ainda se encontra precário no ambiente de educação básica, isso acontece pela falta de expressabilidade e oportunidade dos contextos sociais de cada aluno/a. Eles/as não conseguem se expressar em sala porque a prática de leitura que se faz na aula de língua portuguesa é artificial ou superficial, como corrobora Haidê Silva (2009).

Por outro lado, isso faz-se refletir o interesse pelos estudos gerativistas, que vieram para facilitar e entender o aprendizado dos idiomas/línguas. Noam Chomsky (1998) usa exemplos inteligíveis para demonstrar a pertinência de proficiência na língua. Ele dá o exemplo de Pedro, quando fala que a língua de Pedro é a tradicional. Noam se refere a faculdade de linguagem que é chamada de “gramática universal”, então, Pedro usa a língua em um estado que todos entendam ou falam, ele utiliza a competência linguística que todos os falantes são conhecedores de suas sentenças. Em uma competência distinta, ou pode-se dizer o que converge da competência linguística, aquilo que se pode chamar de desempenho linguístico, Pedro usa a língua em sucessões infinitas de termos técnicos que o permite usá-la com proficiência e segurança. O autor enfatiza que:

A teoria da língua dele é então chamada uma gramática gerativa. Cada expressão é um complexo de propriedades, que fornecem “instrução” para os sistemas de desempenho de Pedro: seu aparato articulatório, seus modos de organizar os pensamentos, e assim por diante. Com a sua língua e os sistemas de desempenho associados nos seus devidos lugares, Pedro tem uma vasta quantidade de conhecimento sobre o som e o significado de expressões e uma correspondente capacidade de interpretar o que ouve, de expressar os seus pensamentos e de usar a sua língua de inúmeras outras maneiras. (CHOMSKY, 1998, p. 21).

Assim, seguindo o raciocínio de Chomsky, é possível entender que quanto mais se conhece sobre a língua materna e suas expressões, maior é capacidade de uso e de decodificar significados diversos, metáforas e conceitos da língua. Esse domínio linguístico é o nível

adequado para quem trabalha ou pretende exercer a profissão de tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais/português.

Mas ainda, deve-se atingir questões, tornando-as ou possibilitando-as, acessíveis a todos/todas no cenário brasileiro de educação. Para uma aquisição da proficiência em uma língua, através de ensino de qualidade nas instituições, permitindo-se a aplicar as propostas de João Wanderley Geraldi. Proposições em que Haidê Silva citou em seu artigo “Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica Brasileira”. A autora afirma que:

E, para minimizar essa situação, Geraldi propõe que o ensino de língua materna deve se direcionar em três eixos: leitura de textos (dos mais variados gêneros), produção de textos (orais e escrito, dos mais variados gêneros) e análise linguística (tanto dos textos lidos quanto dos textos produzidos). (SILVA, 2009, p. 4).

Consequentemente estas ideias podem e devem ser utilizadas na educação básica, esses recursos têm que permear do ensino básico ao superior. O ensino de língua portuguesa deve estar presente em todos os cursos de formação, desta forma garantindo uma qualificação para o domínio na/da língua materna.

Por tanto, tudo o que foi exposto acima apresenta um dos vários fragmentos da realidade do ensino de língua materna na educação básica brasileira, através dessas informações, é relevante entender como os índices de qualidade no ensino precisam de uma intervenção para melhorar. E atentar que muitos profissionais intérpretes de Libras passam por essas formações. Assim, com intuito de analisar principalmente as disciplinas de língua portuguesa do curso de bacharelado em tradução e interpretação de Libras que é um curso de nível superior.

Em síntese, em concordância com o artigo da autora Simone Bonatto, ela ressalta que a disciplina de língua portuguesa deve estar entremeada aos cursos de nível superior, “[...] a língua portuguesa é considerada como base para a formação de todos os acadêmicos, independente da sua área de atuação, o que é imprescindível é que esta disciplina seja trabalhada com bastante afinco [porque sendo a língua materna alicerce para aprender com eficácia outras línguas, primordialmente, aos tradutores e intérpretes], uma vez que irá desenvolver habilidades essenciais como a escrita e a leitura, contribuindo para o seu desempenho profissional” Bonatto (2015, p. 106). Pois através da disposição da disciplina de língua portuguesa em todos os meios níveis, graus em que a educação esteja inserida, só assim ela será capaz de mudar a realidade que desola nosso ensino de língua materna.

3. MÉTODOS

A pesquisa é de cunho qualitativo e investigativo detalhadando os parâmetros curriculares de cursos de formação de Nível Médio e Superior para intérprete de Libras/português, coletando dados dessas matrizes para comparação analítica e descritiva. E segundo Minayo (2002, p. 21) a investigação qualitativa “[...] trabalha com o universo de significado, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser produzidos à operacionalização de variáveis.”

Desse modo, as leituras iniciais partiram de livros físicos e seguidas de pesquisas na internet, principalmente dos componentes curriculares de formação de TILSP. A escolha pelas instituições se deu pela responsabilidade social dessas instituições, pela referência formativa profissional e pela disponibilidade integral das grades nos sites institucionais das mesmas.

Por isso posto, o método procura evidenciar a oferta e/ou a carga horária do ensino de língua portuguesa nas estruturas curricular. Destaca-se a importância do módulo ou disciplina de língua portuguesa nesses cursos e, ressaltando a relevância no domínio da língua materna para a profissão do tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais. Com isso, enfatiza-se que a formação para esta profissão deveria apenas ocorrer em nível superior, por compreender o grau de complexidade da língua e sua empregabilidade em uso no meio social e principalmente profissional.

Neste sentido, o artigo busca fundamentação teórica de base qualitativa, selecionando os autores/as que teorizam os estudos da linguagem humana, utilizando escritores/as de diversas nacionalidades, pesquisadores/as das línguas de sinais e das línguas orais. Com isso, destacando a complexidade da tradução e interpretação da Libras para o português e/ou vice-versa como expôs Ronice Quadros (2004), também, como salienta Cristina Lacerda (2017) da importância da formação de nível superior para a atuação dos TILSP.

Nessa lógica, busca-se trabalhar termos como gênero do discurso primário “simples” e o gênero de discurso secundário “complexo” - Mikhail Bakhtin (1952-1953), não-técnico e técnico - Maltide Scaramucci (2000), língua tradicional, gramática universal e desempenho linguístico - Noam Chomsky (1998) que evidenciam e comprovam a aquisição e proficiência em uma língua materna. Partindo da influência desses autores, inicia-se o ponto chave dessa pesquisa, em que a análise inicial incide sobre a língua portuguesa nos currículos de nível médio de formação do intérprete de Libras/português.

Diante disso, elege-se como método de investigação “análise de conteúdo” bardiniana. Segundo a metodóloga Laurence Bardin “[...] análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” Bardin (1995, p. 46). Por isso, o material elencado como dados de análise instrui para termos que diferem de níveis linguísticos e, como alcança graus elevados através dos estudos e presença da disciplina de LP, obtendo assim a proficiência na língua. Assim, é uma análise de conteúdo que investiga as grades de cursos de formação de nível médio e superior para os TILSP. Nessa análise de conteúdo exploramos a distribuição estrutural da disciplina de LP, indaga-se características importantes em que possui a presença do estudo da língua portuguesa, podendo trazer para o presente e/ou futuro profissional desses formandos. Com esse intuito, e, usando-se desses procedimentos, este trabalho encaminhou-se considerando os seguintes passos, sobre os quais descrevo a abaixo:

Passo 01: Utilizar a questão apontada por Lacerda (2017) sobre a necessidade de formação superior ao pesquisar a área de tradução e interpretação de Libras, problematizou-se a formação dos TILSP atualmente no país, debatendo a lei que regulamenta as formações, a saber, a lei 12.319/2010, compreendendo a sua carga horária encontrada quando se trata de formação de nível médio, perante a complexidade de traduções e interpretações entre línguas. Outra legislação que trata sobre o profissional tradutor/intérprete de Libras é: a lei federal 5.626/2005, em que as orientações das formações se dão por dois caminhos, a de nível superior Art. 17 e médio pelo Art. 18, sendo que este segundo artigo traz um prazo de dez anos após a publicação do decreto, então conclui-se que sua validade foi até o ano de 2015. Por último, é a lei nº 13.146/2015, institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta lei contém informações sobre formação e atuação para TILSP, em seu parágrafo 2º, inciso II reitera-se: “os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior.” Todos esses documentos foram encontrados no site do planalto federal disponibilizados ao público através de acesso à internet. Assim, as análises ocorreram mediante paralelos as legislações e orientações de instrução contidas para esse profissional.

Passo 02: Analisar os conteúdos das grades curriculares do curso de bacharelado em Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e, do curso de formação técnica de nível Médio do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, buscando investigar se na formação dos intérpretes de Libras, a disciplina de língua portuguesa está em todas as etapas de formação. A escolha por esses currículos e as instituições não foi por acaso, ambas são

pioneiras na oferta dos cursos. Ressalta-se, a existências de outras instituições públicas e privadas que proporcionam essas formações atualmente, porém para delimitar a pesquisa, análises e os resultados, a preferência ocorreu também pela acessibilidade de encontrar os currículos no próprio site das duas instituições apontadas.

Passo 03: Como resultados, busca-se constatar o valor da disciplina em LP em cursos e sua valia para a formação dos TILSP. Desde modo, ressaltou-se como resultados e discussões, o potencial formativo da língua portuguesa e sua importância para a formação do profissional intérprete de Libras e língua portuguesa. Tendo em vista que nos cursos tanto de nível médio como de nível superior, o intérprete de Libras necessita da proficiência da língua portuguesa para exercer sua função, para dominar a Libras e para exercer a tradução e interpretação com eficácia. Este passo é um dos mais importantes porque nele, a pesquisa tem sustentação científica para descrever e explicar através dos conceitos e ideias expostas pelos autores, contrapondo sobre a formação do profissional tradutor/intérprete de Libras/português na contemporaneidade. A definição pela disciplina de língua portuguesa na investigação do trabalho, baseia-se no poder formativa/analítico em que a língua portuguesa deve/deveria trazer para o indivíduo em seu desenvolvimento educacional e, refletindo em uma proficiência da língua materna no campo ocupacional. Assim, o método de análise de conteúdo auxilia na exploração das grades curriculares dos cursos de formação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A necessidade do TILSP em demandas sociais vem crescendo no Brasil. A área em que mais se concentra esse profissional é nos espaços educacionais. Todavia, as áreas de atuação do TILSP se diversificaram nas últimas duas décadas, no país, passando a ser exercidas em âmbitos como: escolas, palestras, reuniões técnicas, fóruns judiciais, programas de televisão, apresentação artísticas, instituições públicas e privadas em geral. No último ano esse profissional ganhou destaques em Lives de muitos famosos, isso por conta do “Lockdown” provocado pela pandemia do coronavírus - Covid-19.

Visto que a visibilidade exponencial do TILSP está em um ótimo nível, o mercado de trabalho também, diversas instituições públicas e privadas estão oferecendo cursos de formação. Desde modo, surgiu o eixo que norteia esse trabalho, quando diz respeito a formação em língua portuguesa e como essa instrução deve ser fortificada para um atendimento esperado pelas pessoas surdas.

Segundo IBGE 190.755.799 pessoas que foram entrevistadas em 2010, 5,1% declararam ter algum tipo de deficiência auditiva, portanto existem 9,7 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência auditiva, o que resulta dizer que seriam 9.717.318 de pessoas no ano de 2010, quando o censo demográfico ocorreu (CENSO, 2010, p. 76). Acredita-se que esse número de pessoas surdas seja maior do que os resultados obtidos no último censo, em 2020 teria um novo censo demográfico, porém por conta do vírus SARS-CoV-2, a pesquisa foi adiada para esse ano. Então, ainda se espera uma nova fonte de informação sobre os números de pessoas surdas no Brasil.

Diante disso, há de se pensar como os TILSP estão se qualificando para atender a demanda de surdos/as que estão inseridos em várias esferas sociais. Assim, apresentar-se a primeira grade curricular pesquisada; a do curso de nível médio; o projeto pedagógico de curso técnico em tradução e interpretação de Libras do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, realizado em Belo Horizonte, iniciado em março de 2016. O que já pode ser notado de imediato que existe duas disciplinas voltadas para o ensino de LP. As disciplinas são Comunicação e Expressão I e Comunicação e Expressão II, são vinte disciplinas no total, apenas duas trata sobre a prática e o desenvolvimento da língua portuguesa especificamente. As disciplinas tratam de forma positiva o ensino da língua materna, o ensino de língua materna tem três eixos Leitura de texto, produção de texto e análise linguística Silva (2009). Ambas possuem esses aspectos nas ementas analisadas e outras informações sobre as disciplinas disponível no projeto pedagógico do curso técnico em Tradução e Interpretação de Libras. Abaixo apresenta-se tabela com informações analisadas:

Curso Técnico de Nível Médio em Tradução e Interpretação de Libras		
Organização	Carga Horária Hora Aula	Porcentagem
Disciplinas Diversificadas	840	70%
Ensino de Libras	240	20%
Ensino de Português	120	10%
Carga horária total 1.200 h/a		

Tabela 01: Análise de currículo nível técnico. **Fonte:** autoria própria.

O ponto crucial a ser destacado é a insignificância da carga horária atribuída para o ensino de LP, cento e vinte horas aulas (120 h/a), sendo que a carga horária total do curso Técnico de nível médio é de mil e duzentas horas (1.200 h/a). Analisando a grade, pode-se perceber que de mil e duzentas horas, o ensino de língua portuguesa fará parte apenas em dez por cento do curso (10%), enquanto o ensino de Libras vinte por cento (20%) e de disciplinas diversificadas constitui setenta por cento (70%), levando em conta essas observações, algo desacertado e, evidenciando uma carga horária muito baixa para a relevância da disciplina de LP. Também, revelando a promessa que o currículo faz sobre o perfil profissional do egresso. No projeto político pedagógico do curso técnico, o item perfil profissional, ressalta: “Ao término do curso, pretende-se que o egresso em termos de competência geral, possa realizar tradução e interpretação entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa” (BRASIL, 2016, p. 06).

Sendo assim, é possível ver outro ponto que não é o principal objetivo desse trabalho, mas destaca-lo, traz uma observação necessária para a atual formação do TILSP. O perfil de acesso ao curso se dá pelo não domínio da língua brasileira de sinais “não cabendo a exigência de fluência em Libras para participar do curso”. O curso é aberto para candidatos que não tiveram contato algum com a Libras. Sabe-se que dominar uma segunda língua exige do participante um comprometimento contínuo dos estudos.

Destarte, o curso tem foco no ensino de Libras, mas com objetivo de formar os discentes em profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras e língua portuguesa. Entretanto, como considerar que só existe essas duas disciplinas de LP? Em contraposição das disciplinas de Libras I, II, III e IV, entre outras, como pode-se explorar na grade a seguir:

MÓDULO I		
Disciplinas	Carga horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Comunicação e Expressão I	60 horas	60
Libras I – Expressões frequentes e frases isoladas	60 horas	60
Sujeito Surdo: Diferença, Cultura e Identidade	60 horas	60
Profissional Tradutor e Intérprete	60 horas	60
Educação Especial e Educação Inclusiva	60 horas	60
Total	300 horas	300

MÓDULO II		
Disciplinas	Carga horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Comunicação e Expressão II	60 horas	60
Libras II – Compreensão e pontos essenciais	60 horas	60
Produção Audiovisual – Aplicada à Tradução e Interpretação de Libras	60 horas	60
Estudos de tradução e Interpretação	60 horas	60
Tópicos de Linguagem aplicados à Tradução e Interpretação de Libras	60 horas	60
Total	300 horas	300

MÓDULO III		
Disciplinas	Carga horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Libras III – Organização de discursos e textos complexos	60 horas	60
Oficina de Tradução e Interpretação – De Libras para Língua Portuguesa	60 horas	60
Oficina de Tradução e Interpretação – De Língua Portuguesa para Libras	60 horas	60
Políticas públicas e educação de surdos	60 horas	60
Tradução e Interpretação na área educacional	60 horas	60
Total	300 horas	300

MÓDULO IV		
Disciplinas	Carga horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Libras IV – Discussão técnica e textos complexos	60 horas	60
Interpretação comunitária e em eventos	60 horas	60
Desenvolvimento e aprendizagem aplicados à tradução e interpretação	60 horas	60
Atividade Física e de Saúde aplicadas à Tradução e Interpretação de Libras	60 horas	60
Atividade Complementar aplicada a Libras	60 horas	60
Total	300 horas	300

Total hora aula	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
1.200 horas	1.200

Imagem 01: Grade Curricular de nível técnico. **Fonte:** IFMG.

A análise feita não tem a intenção de desestruturar a grande de formação ou forçar o ensino de gramática normativa, acreditar-se na importância do domínio da língua portuguesa, respeitando a expressividade de cada indivíduo. Todavia, a inquietude está na curta carga horária do ensino de LP, sabendo-se que um profissional intérprete de Libras/português precisa compreender as ideias expressadas em uma tradução e interpretação de Libras para língua portuguesa para além das palavras, Lacerda (2017).

Como se pode enxergar, não existe o profissional TILSP sem esse processo de formação em sua língua materna. A habilidade desse especialista, vem primeiro através do conhecimento de sua L1, sem esse alicerce, poderá afetar a formação dos TILSP, como também, pode implicar na formação dos surdos/as porque toda informação que chega aos surdos/as em qualquer esfera, passa pela adaptação cognitivo-linguístico do TILSP ouvinte.

Outro ponto a ser destacado que tem um elo com esta análise, é a influencia da formação de nível médio pela lei 12.319/2010 que regulamenta a profissão do tradutor intérprete de língua brasileira de sinais – Libras. Por ser uma legislação válida atualmente, muitos indivíduos buscam formação desse nível para atuar como TILPS, é nesse sentido que a atuação se torna precária. Primeiro, porque a formação de nível médio já não se adequa à realidade da função que é exercida muitas vezes em nível superior. Segundo, porque não se encontrou uma carga horário equivalente as disciplinas de Libras. Sendo assim, considera-se que uma formação supra a carência do ensino de língua portuguesa que já é detectada no ensino básico. Assim, seria aconselhado ou devido a presença da LP especificamente em todos os módulos e/ou períodos das grades curriculares. Assim, inicia-se abaixo apresentação da tabela com informações analisadas da grade em ensino superior:

Curso de Nível Superior em Bacharelado de Tradução e Interpretação Libras/Português		
Organização	Carga Horária Hora Aula	Porcentagem
Disciplinas Diversificadas	2.772	75%
Ensino de Libras	720	19%
Ensino de Português	216	6%
Carga Horária Total 3.708 h/a		

Tabela 02: Análise de currículo nível superior. **Fonte:** autoria própria.

Como se pode constatar também, a graduação habilitação bacharelado em Letra Libras da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, possui uma carga horária de 3.708 horas/aula, com duração de 4 ano, dividido em 8º períodos. O curso oferta a disciplina de LP a partir do 5º período, isso mostra brevemente a preocupação de certo modo em se trabalhar a LP, simultaneamente na aquisição e aprendizado da Libras, sabendo que, ambas vão coexistir na atuação do profissional tradutor e intérprete de Libras/língua portuguesa e língua portuguesa/Libras. Assim destaca-se os períodos e a comprovação da existência de três disciplinas de língua portuguesa:

Habilitação: Bacharelado em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS						
5º Período						
Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
-Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Prática de produções acadêmicas em Libras.						
LSB7050 Libras Acadêmica (PCC 36 horas-aula)	Ob	72	4		LSB7040	
-Aquisição do sistema de escrita de língua de sinais: grupos de configurações de mão, locações, movimentos, contatos e marcas não-manuais. Ênfase na leitura. Introdução ao uso de softwares de escrita de sinais.						
LSB7051 Escritas de Sinais I	Ob	72	4	(LLE9112 ou LSB7212 ou LSB9112)		
-As palavras e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Os constituintes. A relação núcleo, argumentos e adjuntos. A estrutura das sentenças. Processos morfológicos e sintáticos.						
LSB7052 Estudos Linguísticos II	Ob	72	4	(LSB7203 eh LSB7301) ou (LLV9104 eh LLV9105) ou LSB9304 eh LSB9305)		
-O que é pesquisa. Fundamentos da teoria do conhecimento. Epistemologia, ciência, ideologia. Crises paradigmáticas e pós-modernidade. Abordagens metodológicas na ciência. Projetos de pesquisa: preparação, desenvolvimento e apresentação de resultados. Elaboração do trabalho científico.						
LSB7053 Metodologia Científica	Ob	72	4			
-Elementos de textualidade: coesão e coerência na Língua Portuguesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura. Gêneros Textuais. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível básico.						
LSB7054 Português I	Ob	72	4	LSB7503		

Imagem 02: Grade Curricular 5º semestre. **Fonte:** UFSC.

Habilitação: Bacharelado em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS						
6º Período						
Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
-Aplicação teórica e prática de interpretação Português - Libras - Português em contextos educacionais. Prática como componente curricular.						
LSB7060 Laboratório em Interpretação I (PCC 36 Horas)	Ob	72	4	(LLE9171 ou LSB7441 ou LSB9171)	LSB7043	
-Grupos sociais e relações étnico-raciais. Audismo. Identidade e cultura surdas. Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Encontro surdo-surdo. Subjetividade. Artefatos culturais e a língua de sinais.						
LSB7061 Estudos Surdos I	Ob	72	4			
-Continuação do processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais: aspectos marcados. A representação do espaço na escrita de sinais. Ênfase na produção textual. O sinalário da Libras.						
LSB7062 Escrita de Sinais II (PCC 36 horas-aula)	Ob	72	4	(LLE9113 ou LSB7313) ou LSB9113)	LSB7051	

-Dimensões da significação: sentido, referência. Significação dos enunciados: acarretamento, pressuposição, asserção, negação, transitividade, operadores argumentativos, quantificadores. Significação e uso da linguagem: performatividade, atos de fala, máximas conversacionais. Enuniação e sentido. Linguagem em seu contexto socio-histórico e ideológico.

LSB7063	Estudos Linguísticos III	Ob	72	4	(LSB7303 eh LSB7501) ou (LLV9108) eh (LLE9106 ou LSB9106 eh LSB9308)
----------------	---------------------------------	----	----	---	---

-Produção de textos técnico-científicos relevantes para o desempenho das atividades acadêmicas. Procedimentos de reescrita/reestruturação. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível intermediário.

LSB7065	Português II	Ob	72	4	LSB7054
----------------	---------------------	----	----	---	---------

Imagem 03: Grade Curricular 6º semestre. **Fonte:** UFSC.

Habilitação: Bacharelado em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

7º Período						
Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
-Aplicação teórica e prática de interpretação Português - Libras - Português em contextos da saúde. Prática como componente curricular.						
LSB7070	Laboratório em Interpretação II (PCC 36 Horas)	Ob	72	4	(LLE9172 ou LSB7542 ou LSB9172)	LSB7060
Introdução à Literatura Surda. A expressividade estética e literária nas línguas de sinais. O gênero narrativo: estrutura e funções. Realidade e ficção. Tipos de narrativa em línguas de sinais. Narrativas e educação de surdos. Produção e análise de narrativas. A literatura como um artefato cultural.						
LSB7071	Literatura Surda I	Ob	72	4	(LLE9104 ou LSB7604 ou LSB9104)	
-Prática tradutória Português-Libras-Português com foco em gêneros textuais variados. O processo tradutório: produção de inferências, solução de problemas e tomada de decisões. Descrição e avaliação das traduções.						
LSB7073	Prática de Tradução I	Ob	72	4	LSB7333	(LSB7022 eh LSB7032 eh LSB7042)
-As relações entre língua e sociedade. Variação linguística no tempo e no espaço. Famílias linguísticas. Língua e dialeto. Comunidades de fala. Línguas em contato. Línguas emergenciais. Crioulização. Bilinguismo. Mudança linguística. Registro e diglossia. Os usos sociais da variação. Estudo de princípios da Linguística Aplicada e sua relação com a pesquisa, o ensino e aprendizagem de línguas em diferentes contextos.						
LSB7074	Estudos Linguísticos IV	Ob	72	4	(LSB7402) ou (LLV9107) eh (LLE9102 ou LSB9102 eh LSB9307)	
-Práticas de leitura e escrita com foco no desenvolvimento da capacidade crítica. Gêneros da esfera acadêmica. Tópicos de gramática. Leitura, análise linguística e escrita em nível avançado. Orientações para a construção da síntese do projeto de TCC.						
LSB7075	Português III	Ob	72	4		LSB7065

Imagem 04: Grade Curricular 7º semestre. **Fonte:** UFSC.

Por ser considerada e ter um grau de complexidade a língua portuguesa deveria estar em todos os períodos do curso de bacharelado em Letras Libras. O curso oferta três disciplinas, pode-se ainda, ser considerado baixo a carga horária de apenas 216 horas-aula para um curso de nível superior. Pode-se citar na Europa, por exemplo, e especificamente na Dinamarca, os alunos que pretendiam cursar a formação em TILS, só eram admitidos se passassem no teste de proficiência, a carga horária ultrapassava duas mil horas-aula (2.000 h/a) e as atividades de tradução e interpretação trabalhavam as duas modalidades língua de sinais para língua oral e vice-versa, Quadros, (2004).

Assim, pelo exposto anteriormente, a necessidade de se trabalhar a disciplina de língua portuguesa no ensino superior se torna evidente. Do elementar ao transcendente como reconhece a autora Bonatto (2015, p.107) “nesse contexto, as pessoas precisam ter uma boa qualificação profissional, o que requer o desenvolvimento de habilidades comunicativas, com destaque assim, à língua portuguesa”. À vista disso, entende-se que o domínio da língua materna pode trazer para o indivíduo sucesso profissional, acadêmico e pessoal. Principalmente para um tradutor e intérprete de língua Brasileira de Sinais: Libras-língua portuguesa e língua portuguesa-Libras.

Nos dias atuais em que, quem é melhor se destaca, a língua portuguesa deveria ser mais estudada por seus falantes do idioma, especialmente os tradutores intérpretes que operam com duas línguas a Libras e a língua portuguesa. Para isso, é impreterível que esta precise estar mais disponível em cursos de formação independentemente do nível de ensino. A pesquisa aponta também que para os tradutores/intérpretes de língua brasileira de sinais precisam ser mais oportunizados pela disciplina de língua portuguesa, a língua materna. Embora, sabe-se que, estes cursos em que as duas línguas estão envolvidas, precisem trabalhar o conhecimento em L1 com mais propriedade, para desenvolver e aprender melhor até a L2. Porém, as realidades desses “programas de formação não têm como objetivo o ensino de línguas” (LACERDA, 2017, p. 19).

Contudo, o curso de bacharelado em Letras habilitação Libras tem uma ênfase maior no campo de ensino, resumindo as disciplinas de língua portuguesa, Tradução e Interpretação compostas em dois ou três semestres do curso. É preciso inteirar que o curso está dividido em três eixos⁵ principais e um optativo e atividades completares, são eles: eixo de formação básica; quinhentos e setenta e seis horas aula (576 h/a), eixo de formação específica; mil e oitocentos horas aula (1.800 h/a), eixo de formação profissional; setecentos e noventa e dois horas aula (792 h/a), eixo de formação optativo; duzentos e oitenta e oito horas aula (288 h/a) e, atividades acadêmico-científico-culturais; duzentos e cinquenta e duas horas aula (252 h/a).

Desse modo, o currículo para formação de tradutor/intérprete tem uma visão mais pedagógica para futuros profissionais que atuarão na funcionalidade técnica de transposição das línguas, o que parece ser um desvio da formação na constituição do currículo. Acredita-se que o eixo de formação básica em que se encontra a língua portuguesa, deveria ter uma carga horaria maior, já que o aluno será bacharel e não licenciado em Letras Libras.

⁵ Ver mais sobre os eixos formativos do curso de Bacharelado em Letras Libras: <https://libras.ufsc.br/old/public/colecaoletraslibras>

Contudo, nota-se o aumento da presença do TILSP no ensino superior, na atuação e mediação das línguas Libras e portuguesa. Pode-se afirmar a necessidade pelo domínio, habilidade e expressão comunicacional sobre a língua portuguesa. Se esse profissional não percorrer esse eixo adequadamente, ocasionará nas futuras atuações insegurança, lacunas e omissões. Acredita-se que o TILSP precisa ter proficiência em língua portuguesa para expor as ideias, opiniões, subjetividades e vivências de um indivíduo surdo/a, podendo ser esse surdo um estudante de ensino Fundamental/Médio, acadêmico e/ou até um doutor. Portanto, o caminho que parecer ser necessário tomar, é o da valorização à língua materna, de sua presença em todos os períodos do curso, conhecer todo o poder analítico que a língua possui, principalmente os estudos de Libras e língua portuguesa, obtendo a proficiência necessária para trabalhar com sentidos de fato e, conseqüentemente, transpor qualquer expressão existente em ambas as línguas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve a preocupação de expor alguns déficits na formação do tradutor/intérprete de Libras sob a análise curricular da língua portuguesa, sabendo-se que essa profissão surgiu a poucas décadas no Brasil. Com as pesquisas realizadas, pôde-se averiguar a complexidade existentes em dominar uma língua, como também lidar com as dificuldades de traduzir e interpretar línguas e culturas distintas. Assim, buscamos mostrar as grades dos cursos de nível médio e superior da formação do TILSP, procurando revelar a falta ou insuficiência da disciplina de língua portuguesa nesse contexto formativo e sua relevância para atingir a competência linguística adequada ao trabalho de Tradutor e Intérprete de língua de sinais e língua portuguesa.

Deste modo, acreditamos que esse artigo tem o intuito de chamar atenção para essa realidade na formação dos TILSP, para que se possa ser refletida no cenário brasileiro. Corroborando, também para aperfeiçoamento da língua materna dos mesmos, e suas habilidades em utilizá-la. Conseqüentemente, destacamos a importância do ensino-aprendizagem da língua portuguesa desde sua formação básica, utilizando as propostas adequadas e, promovendo o ensino de língua materna, em três eixos: leitura de textos, produção de textos e análise linguística. Apontando esses caminhos, acreditamos que essa escrita poderá

contribuir tanto na formação de língua portuguesa em diversos níveis, como na construção de futuros intérpretes de Libras e língua portuguesa na sociedade atual.

Visando na qualidade da atuação dos TILS, não poderíamos deixar de explicar que apenas iniciamos uma discussão aqui, essa que de maneira singular poderá contribuir como também agregar outras, para de fato entendermos que ainda precisamos de mais pesquisas, leituras, entrevistas, análises e comparações. E quando falamos no plural (nós), este texto o faz no desejo de que mais intérpretes de Libras e língua portuguesa pudessem contribuir com suas experiências, relatando-nos em trabalhos acadêmicos, como este que ainda se limita nessas pequenas e breves análises.

6. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70º ed. Lisboa: LDA, 1995.

BONATTO, S.C. A importância da disciplina de Língua Portuguesa no ensino superior. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho (RO), v.2, n.3, pp. 105-126, 2015.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei federal nº 10.436**, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto federal nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei federal nº 12.319**, de 10 setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

BRASIL. **Lei federal nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Projeto de Lei N.º 9.382-A, de 2017**. Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Câmara dos Deputados. 2017.

BRASIL. **Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Belo Horizonte: IFMG, 2016.

BRASIL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Libras (Licenciatura e Bacharelado – Presencial)**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG). Florianópolis: UFSC, 2012.

CENSO IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

CHOMSKY, N. **Linguagem e Mentes: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1998.

FENEIS, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **FENEIS Relatório 2002**. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/feneis_relato_rio_2002 Acesso em: 12 fev. 2021.

LACERDA, C. B. F. de. **Interprete de Libras em atuação na educação infantil e no fundamental**. 8º ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

MALFACINI, A. C. dos S. Breve Histórico do Ensino de Língua Portuguesa no Brasil: da Reforma Pombalina ao uso de materiais didáticos apostilados. **IDIOMA**, Rio de Janeiro, n.º 28, p. 45-59, 1º. Sem. 2015.

MINAYO, C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, C. S. (ORG.) **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e interprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, V. (Org.) **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003.

SCARAMUCCI, M. V. R. Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais. **Trab.Ling.Apl.** Campinas, nº 36, jul-dez, 2000.

SILVA, H. Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica Brasileira. In: 17º Congresso de Literatura do Brasil. **Anais eletrônico.** Campinas: Unicamp, 2009.

STROBEL, K. L. **História da Educação de Surdos.** Florianópolis: Universidade de Santa Catarina (UFSC), 2009.